

Risco de morte de motociclistas em cruzamentos com Faixa Azul

Estudo indica que excesso de velocidade eleva letalidade em vias sinalizadas

Um estudo conduzido por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal do Ceará (UFC) aponta que o risco de morte de motociclistas em cruzamentos de vias com Faixa Azul é mais que o dobro do observado em locais sem esse tipo de sinalização na cidade de São Paulo. A análise indica que o excesso de velocidade é o principal fator associado ao aumento da letalidade nesses trechos.

Implantada em janeiro de 2022 com o objetivo de reduzir mortes no trânsito, a Faixa Azul consiste em uma sinalização viária exclusiva para motocicletas. Atualmente, o modelo ocupa pouco mais de um metro de largura e está presente em mais de 230 quilômetros de vias da capital paulista. O projeto completou quatro anos no último fim de semana.

De acordo com os dados analisados, a política pública não apresentou resultados consistentes do ponto de vista da segurança viária. Em diferentes cenários avaliados, os indicadores de acidentes graves e fatais se mantiveram estáveis ou registraram piora após a implantação da sinalização exclusiva para motos.

A pesquisa adotou uma metodologia semelhante à utilizada em testes clínicos, comparando vias com Faixa Azul a outras sem a sinalização, mas com caracterís-



Reprodução/Freepik

Velocímetro nas alturas: segundo o estudo, pilotos chegam em condições mais perigosas

ticas equivalentes, como número de faixas, volume de tráfego e perfil viário. A intenção foi isolar o efeito da Faixa Azul e verificar se houve diferença significativa na evolução dos indicadores de segurança após a implementação.

Entre os exemplos analisados, avenidas com perfis semelhantes foram comparadas para avaliar variações no número de acidentes e mortes. Em diversos casos, os resultados foram semelhantes entre os dois grupos. Em outros com a faixa, as vias apresentaram desempenho inferior em relação

à segurança dos motociclistas.

As conclusões divergem de um levantamento divulgado pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) em 2025, que apontou redução de 47,2% nas mortes de motociclistas nos trechos onde a Faixa Azul foi implantada. O novo estudo questiona essa leitura ao destacar que outros fatores, como comportamento dos condutores e controle de velocidade, não foram plenamente considerados.

Um dos principais focos da análise foi a localização dos aci-

dentes ao longo das vias. Os pesquisadores separaram os sinistros ocorridos no meio das quadras daqueles registrados em um raio de até dez metros dos cruzamentos. Foi nesses pontos de conflito que o aumento da letalidade se mostrou mais expressivo.

Segundo o estudo, a velocidade elevada entre os cruzamentos faz com que os motociclistas cheguem a essas áreas em condições mais perigosas, ampliando o risco de colisões graves. A combinação entre maior fluidez e menor fiscalização tende a estimular com-

portamentos mais arriscados.

A velocidade dos motociclistas foi analisada por meio de imagens captadas por drones. Em vias com limite de 50 quilômetros por hora e com Faixa Azul, 96% das motos trafegavam acima do permitido. Em vias sem a sinalização exclusiva, o índice também foi alto, mas menor, chegando a 71%.

O levantamento também relaciona a dinâmica da Faixa Azul à pressão exercida entre os próprios motociclistas. Condutores que mantêm velocidades compatíveis com a via tendem a ser ultrapassados com frequência, o que contribui para situações de risco em alguns horários.

No ano passado, 475 motociclistas morreram no trânsito da capital paulista, número cerca de 15% superior ao registrado em 2022, quando a Faixa Azul começou a ser implantada. Em relação a 2024, houve leve queda, pouco acima de 1%. O menor número de mortes foi registrado em 2023, com 402 óbitos.

Os pesquisadores defendem a revisão da política e a adoção de medidas complementares.

A Prefeitura diz que o estudo não comparou os dados de mortalidade antes e depois da implantação da Faixa Azul nos mesmos trechos. Segundo a Prefeitura, nesses locais, o número de mortes caiu de 29 para 22 após a adoção da sinalização.

São Paulo inaugura bosque urbano na Praça Armênia

Divulgação/Prefeitura de SP



Com a nova entrega, cidade passa a ter 12 bosques urbanos

A Prefeitura de São Paulo inaugurou neste sábado (31) um novo bosque urbano na Praça Armênia, na região central da capital. O espaço, batizado de Bosque Urbano Tesourinha, tem quase 10 mil metros quadrados e passa a integrar a rede de áreas verdes.

Durante a inauguração, foram plantadas cerca de duas mil mudas de árvores, que se somam a pouco mais de cem já existentes no local. Com isso, a área passa a ter mais de duas mil árvores.

Antes da intervenção, o terreno era marcado por degradação ambiental, descarte irregular de resíduos e ocupações indevidas. A recuperação incluiu o preparo do solo e o plantio de espécies nativas da Mata Atlântica e do Cerrado, como jequitibá-rosa, paineira, pau-ferro, tamboril e fruto-do-sabiá, produzidas em viveiro municipal. As espécies fo-

ram escolhidas por favorecerem a biodiversidade urbana e atraírem polinizadores em cada uma.

Com a entrega do bosque, São Paulo passa a contar com 12 bosques urbanos, que juntos somam mais de 40 mil metros quadrados de áreas verdes e cerca de

19 mil árvores. Outros projetos semelhantes estão em fase de implantação em diferentes regiões da cidade. Além da recuperação ambiental, o projeto manteve elementos históricos da Praça Armênia, como os monumentos em memória aos Mártires Armênios.

Justiça bloqueia crédito do Jockey Club

A Justiça autorizou a Prefeitura de São Paulo a reter os valores que o Jockey Club de São Paulo tem a receber pela locação de suas instalações para um torneio internacional de tênis previsto para março de 2026. A medida permite que os recursos sejam destinados ao abatimento de várias dívidas do clube com o Município, estimadas em cerca de R\$ 800 milhões.

A decisão determina que os organizadores do Latin American Open depositem em juízo o valor referente ao aluguel do espaço onde o evento será realizado, impedindo o repasse direto ao Jockey Club. O torneio está programado para ocorrer entre os dias 19 e 29 de março de 2026, nas dependências do clube, na Zona Oeste da capital.

De acordo com o entendimento judicial, os créditos provenientes da locação são

considerados valores certos e individualizáveis, o que permite sua constrição no âmbito de uma execução fiscal. O processo foi aberto em 2018, após o clube deixar de quitar débitos de Imposto Sobre Serviços relativos aos anos de 2016 e 2017 e não apresentar bens para garantir todo o pagamento.

A organizadora do evento deverá apresentar o contrato de locação à Justiça e efetuar o depósito judicial dos valores devidos. O descumprimento da determinação pode ser caracterizado como fraude à execução fiscal. O juízo destacou que a decisão não interfere na realização do torneio, uma vez que afeta apenas o fluxo financeiro do clube. O caso integra um conjunto de ações movidas pelo Município para a recuperação de créditos tributários, por dívidas com ISS e IPTU.